

OS (DES)CAMINHOS DO SENTIDO: A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO E SUA (RE)SIGNIFICAÇÃO OFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

Deyvid Braga Ferreira *
Elione Maria Nogueira Diógenes **
Fabrícia Carla Albuquerque Silva ***

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do material de cursos online para policiais, especificamente no que concerne a orientações e ao conceito de “informação”, bem como, as formas sobre abordagens às pessoas da comunidade LGBTTI. A metodologia utilizada para desvelar tal problemática, foi à pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Ideológica (FI), presente no recorte do material didático que selecionamos. Os resultados desta pesquisa mostraram que o curso de capacitação apresenta conceitos heterogêneos e pouco claros, relegando muitas vezes ao policial o papel que o próprio Estado deveria adotar (protetivo, assistencialista...), mas omite-se.

Palavras-chave: Capacitação policial. Análise do Discurso. LGBTTI.

THE (SLIP)PATHWAYS OF SIGNIFICATION: THE REPRESENTATION OF GENDER AND ITS OFFICIAL (NEW)SENSE OF THE BRAZILIAN PUBLIC SAFETY

Abstract: This article aims to analyze the material discourse of online courses for the police, specifically regarding guidelines and the concept of "information" and ways to approach people from the LGBTTI community. The methodology used to unveil this problem was the qualitative research, with a bibliographical review. Our theoretical perspective was that of Discourse Analysis of French language, which works on the relation of language, ideology and history. Our category of analysis was the Ideological Formation (FI), present in the cut of the didactic material that we selected. The results of this research showed that the training course presents unclear and unclear concepts, often relegating to the police the role that the State should adopt (protective, assistentialist...), but is omitted.

Keywords: Police training. Discourse of analysis. LGBTTI.

Introdução

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança não só nos hábitos e estilos de vida das diferentes gerações de uma mesma família, pois não é incomum entre os casais, por exemplo, se comunicarem através das redes sociais, mesmo a poucos centímetros uns dos outros. Todos, de uma forma ou outra, estão conectados, utilizando-se dos vários meios/formas de comunicação para que possam interagir neste cenário de incertezas e liquidez, que atende pelo nome de “internet”; estando sujeita a constantes mutações e variações, de forma que diversos sujeitos de posse de um simples celular podem ter acesso a informação instantaneamente, no exato momento em que ela está ocorrendo (PETERS, 2009).

Segundo Bauman (2007), este cenário atual de “modernidade líquida” traz à tona um(a) profissional que deve qualificar-se diuturnamente, independentemente de sua extenuante jornada de trabalho, pois vivemos em constantes transformações, de feito que a vida e a sociedade não conseguem manter sua configuração ou seus padrões por muito tempo, reinventando-se continuamente.

Isto se adequa perfeitamente em nosso país, pois o Brasil dispõe de proporções continentais. E nesse território há polícias, policiais e doutrinas diferentes. Com isso, através das TIC, buscou-se não só facilitar a comunicação e construção de conhecimento coletivo, mas, também, focou-se na adoção de padrões comportamentais símiles.

Por isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), cria diversos cursos de qualificação profissional, nos quais os(as) policiais participantes podem se capacitar em qualquer “horário de folga” que lhe seja mais conveniente.

Nosso objeto de análise será o discurso presente no material do curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTT.

Conforme a apresentação do material (SENASP/MJ, 2009, p. 02), fica claro que o(a) agente de segurança, após o curso, deverá possuir conhecimentos que o(a) capacitem para a prestação de um atendimento de boa qualidade ao grupo LGBTT, pois este grupo é extremamente suscetível de violação de seus direitos, sendo considerado “invisível”, por não ser percebido pela maioria da população.

Portanto, para podermos desvelar de que forma o “material oficial” do governo “capacita” os(as) agentes de segurança por meio de seus discursos, buscaremos respaldo na Análise de Discurso, sobre a qual teceremos considerações no próximo tópico.

As mídias educacionais e o discurso

Iniciaremos, com o conceito de discurso, na perspectiva da Análise de Discurso, fundada por M. Pêcheux. Parafraseando Cavalcante (2009) e Bakhtin (2006), podemos entender que o discurso não é apenas: a palavra, a fala, o texto; todo discurso é um evento, uma resposta a outro discurso com quem dialoga. Isso ocorre por que os discursos são construídos para atenderem/responderem as

necessidades sociais de seu locutor, produzindo e reproduzindo a historicidade e a ideologia presente nas relações humanas. Uma vez que estas palavras além de dialogarem com outras palavras já existentes que, ao serem perpassadas por diversas outras palavras, são tecidas conexões ideológicas, que servirão de base para a perpetuação de todas as relações sociais.

A Análise do Discurso adota como conceitos centrais: o sujeito, a história e a ideologia. Sua finalidade consiste não só em explicar a estruturação do texto, mas de que forma sua articulação léxica irá produzir sentidos, auxiliando a entender de que forma estes sentidos vão significar o discurso.

E isso é aplicado a toda materialidade discursiva, inclusive aqueles veiculadas com o suporte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), pois neste “novo cenário”, as maneiras de ensinar e aprender já apresentam novos contornos, novos processos educacionais e novos recursos (HARASIM, 2005), que serão moldados de acordo com as necessidades daqueles que oferecem as instruções. Será isto que buscaremos mostrar nas próximas sessões.

Análise do discurso de vertente francesa

O nascimento e desenvolvimento da Análise do Discurso da qual somos tributários, nasce na França, das décadas de sessenta e setenta do século passado (ORLANDI, 1993). Na Europa de 1960, o momento político é marcado pelo que se denomina de “guerra fria”. Os Estados Unidos (EUA) defendendo um projeto de sociabilidade capitalista estavam de um lado, enquanto a União Soviética (URSS) defendendo um projeto de sociabilidade socialista encontrava-se diametralmente no lado oposto.

A Análise de Discurso fundada por Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, e em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época, não era qualquer tipo de discurso, mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isso, coloca-se em evidencia questões ligadas a política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure: o “real sentido do ato discursivo”, desvelando de que forma: sujeito, história e a ideologia produzem

sentido, pois o ser humano, em suas relações/ comunicações, pode “utilizar palavras que mudem de contexto quando utilizadas em diferentes ambientes/situações”, pois elas (as palavras) podem conter significados que se sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação (ORLANDI, 2005).

Nesse sentido, este discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, sendo a ideologia o caminho de sua constituição/ materialização, que conforme Cavalcante: “[...] possui o poder de (re) significar o já dito é instituir uma nova memória discursiva, uma vez que não é concebível sua neutralidade ou pureza, pois não existe um novo (o discurso ‘inédito’).” (CAVALCANTE, 2009, p. 35) Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo a questão do gênero é externada nos cursos de capacitação online, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Discursiva.

Formações discursivas

As Formações Discursivas possuem um entrelaçamento, um imbricamento entre Ideologia, Formações Ideológicas e as Formações Discursivas.

O homem é um ser social, reagindo e interagindo nas práticas rotineiras do seu dia-a-dia. Ou seja, o ser humano “[...] apoia-se na noção de homem como um ser que reage às demandas postas pela realidade objetiva, um ser que dá respostas a necessidades determinadas.” (CAVALCANTE, 2007, p. 40). Nesse inter-relacionamento:

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los. (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Diante das condições que lhe são postas, o indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe surgem. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que diante das condições postas, o indivíduo poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas.

Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche:

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação. (HAROCHE, 1971, p. 102, *apud* CAVALCANTE, 2007, p. 42).

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, [...] mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência [...] as formações ideológicas [...] nas quais estas posições se inscrevem. (PECHEUX, 1995, p. 160).

Cada Formação Ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas. Em relação ao conceito de Formação Discursiva, esse será extraído da Arqueologia do Saber, de Foucault, servindo-se dela a AD, para designar:

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. [...] Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PECHEUX, 1995, p. 160-161).

É por esse motivo que a Formação Discursiva se constitui como uma matriz de sentidos, comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso seja um bloco uniforme. São diversas formações discursivas, que atravessadas por diversas vozes vindas de outros locutores que movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas, com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos enunciantes não são:

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo. (CAVALCANTE, 2007, p. 47).

O discurso produz-se e reproduz-se na humanidade para atender uma demanda específica, a possibilidade de produção e reprodução da espécie, através de sua forma material, que é a linguagem.

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (...) Procura-se (com isso), compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história. (ORLANDI, 2005, p. 15).

Todo discurso dialoga com outros discursos que o antecederam e o preconizam, cooptando elementos já produzidos. Ou seja, é produzido a partir de outros discursos, com os quais concorda ou dos quais discorda de modo a repetir ou modificar sua tessitura. Isso se dá graças a um movimento de retomada de elementos já ditos que constituem uma memória discursiva.

Assim, é possível ressignificar o que já se disse, promovendo deslocamentos de forma que “se citem, se afirmem, se refutem”, possibilitando novos dizeres através do que já foi dito é que se denomina de interdiscurso. Segundo Orlandi:

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o (...) saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 2005, p. 31).

Outra categoria da AD é o intradiscurso definido por Orlandi (2005) como aquilo que o enunciador formula, num dado momento, ante a determinada conjuntura. O seu significado apresenta sempre novos sentidos ao que já fora dito. Isso é possível graças à memória discursiva. É ela que disponibiliza para o sujeito os elementos que compõem o seu discurso.

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o interdiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes à FD historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que se supõe o (seu) enunciado inscrito na história. (BRANDÃO, 2004, p. 76-77).

Até agora falamos de nossas opções teóricas, sempre dentro do dizível, quer dizer, sempre buscando refletir acerca do dito, do posto. Entretanto, é de bom alvitre refletirmos que o não-dito, o pressuposto, o silenciado, também produzem sentido.

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar em silêncio, que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. O estudo do “silenciamento” (que já não

é mais silêncio, mas “por em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados, que nos faz entender uma dimensão do não-dito. (ORLANDI, 1997, p. 11-12).

Ora, o silêncio não é um vazio, um mero coadjuvante da linguagem, uma perspectiva a-histórica. O silêncio relaciona o discurso sempre a outros discursos, complementa-se através das formações discursivas que o sustentam e o atravessam, fazendo sempre significar.

Por isto, a opção do sujeito em significar pelo dito ou pelo não-dito levará em consideração no seio social, marcada pela história e pela ideologia que perpassam o léxico enquanto agente de interação social.

Até agora, nos propusemos apresentar nossa trilha teórica, para que se pudesse ter familiaridade com as categorias da Análise do Discurso do qual somos tributários, indicando ao(à) leitor(a) uma nova forma de se pensar o tema por nós proposto: Analisar o discurso do material dos cursos online para policiais, especificamente no que concerne as orientações, o conceito de “informação” e as formas sobre abordagens as pessoas da comunidade LGBTTI.

Entretanto, tal instrução é feita através das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), pois vivemos num país continental e este mostra-se o melhor meio de difusão de quaisquer processos sociais ou políticos, pois será “[...] a palavra [o meio mais eficaz] de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.” (BAKHTIN, 2006, p. 32).

Podemos dizer, que com o surgimento e difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, a economia mundial x relações de mercado x relações pessoais, estão profundamente marcadas, por conta de uma nova era, chamada de sociedade da informação.

Se antes a informação era mitigada e demorada, demasiadamente onerosa, hoje, através da TIC, temos acesso a uma vasta gama de informações. É neste cenário que a EaD (Educação a Distância) mostra-se como uma ferramenta capaz de proporcionar informação a qualquer local vencendo as barreiras geográficas e continentais de nosso país!

Não é segredo que no Brasil, possuímos um altíssimo grau de analfabetismo, baixa escolaridade e qualificação profissional. Nem todos estão perto dos grandes centros acadêmicos, ou possuem horários diários para frequentarem

uma escola. Ou ainda, como atingir um público que está disponível num horário que não é ofertado pelas escolas tradicionais?

Com a EaD. Nessa modalidade, as pessoas conectadas podem receber informações, pesquisar, produzir conhecimentos dentro de seu tempo e possibilidades, graças as flexibilidades nos horários de acesso, ensino, aprendizagem e oferta de cursos.

E o melhor: todo este processo correrá dentro de um AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas, as quais o estudante deve cumprir/atingir, sendo mediado por um tutor, por meio de diversas ferramentas, a saber: feedback, correio, fórum, chat, conferência...

Com tais mecanismos, poderemos “monitorar” os participantes e gerir não só as produções desenvolvidas, mas de que forma estão interagindo e que trilhas estão percorrendo com o fito de uma “melhor orientação” quando a seu processo de ensino aprendizagem.

É a partir desses pressupostos teóricos que pretendemos analisar as significações em relação à questão de gênero e às representações sociais presentes no curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTT.

A representação do gênero nos cursos de capacitação online dos agentes de segurança pública

No Brasil, o único segmento do Estado que está presente em qualquer local do município ou do distrito, é a polícia. Encarregada de defender e proteger a sociedade, a ela incumbe-se a espinhosa missão de tentar “promover a cidadania” às pessoas desassistidas e despossuídas, que a veem como a personificação do próprio Estado, pois falta-lhes o básico.

Neste cenário, a questão relativa à heterogenia¹ merece um destaque especial. Cisne (2012), nos mostra que com o advento da revolução industrial e de acordo com a estruturação social das relações pela sociedade patriarcal capitalista, monta-se uma divisão sexual de classes/ gênero, necessárias a uma construção que legitime uma “divisão sexual do trabalho”, apta a manter o abuso e segregação

social, marca indelével do capital, a legitimação da exploração do homem pelo próprio homem.

Com esta divisão sexual, inclui-se a questão da “comunidade LGBTT” (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), visto que numa sociedade machista e conservadora, esta estereotopia socialmente construída, se transforma em mote de desigualdades, institucionalizando e banalizando os seus direitos (que deixam de ser reconhecidos ou legitimados).

O material didático propõe que, por meio de “instrução online”, os profissionais da segurança pública mudem sua forma de agir junto ao público LGBTT, através de sentidos únicos que devem ser utilizados por todos os profissionais do país, em quaisquer situações.

Os sentidos mobilizados pelo material didático, não são quaisquer sentidos. Emanam de seu “representante mor”, o chefe político da nação, visto que se trata de um material “pedagógico oficial”. Coube a seu representante político secundário em nível federal, o ministro da justiça, que por meio de sua pasta vinculada (SENASP/MJ) brinda-nos com a possibilidade de, “finalmente,” termos um documento pedagógico que trate das questões de gênero, abrangendo uma infinidade de alunos. O referido documento irá contribuir com respostas a questões atinentes à formação dos profissionais da segurança pública.

Extraímos do referido documento, algumas sequencias discursivas para análise. Por este norte, poderemos compreender de que forma as questões de “gênero” presente no material didático são postos aos profissionais da Segurança Pública. É a partir das Sequências Discursivas (SD) eleitas, que poderemos ter acesso ao discurso oficial, a fim de entender as soluções propostas às questões de “segurança pública” presentes em nosso País, incutindo em seus destinatários (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares) a ideia de que estes são diretamente responsáveis pelo “caos social” que hoje aflige o Brasil, pois é sua missão indelével –, o controle das pautas de conduta socialmente aceitáveis no projeto de sociabilidade burguês, alijando, por conseguinte, quaisquer possibilidades de práticas contra- hegemônicas de reflexão. Vejamos a primeira sequência discursiva.

Figura 1 – Excerto do material didático.

O policial, como promotor dos direitos humanos e pedagogo da cidadania, deve lidar com o cidadão, respeitando sua orientação sexual e dando-lhe a atenção devida, especialmente quando se fizer necessária a intervenção policial em seu cotidiano.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009, p. 59.

Conforme Bakhtin (2006), todo signo é ideológico, porque reflete e refrata as relações sociais. Segundo Pêcheux:

O sentido das palavras não pertence à própria palavra, não é dado diretamente em sua relação com a literalidade do significante; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Qual o real sentido de “*promotor de direitos humanos e pedagogo da cidadania*” nessa sequência?

O (a) policial realmente goza de autonomia para o exercício de sua função?

Imaginemos uma situação de greve dos(as) trabalhadores da saúde ou da educação que, após infrutíferas tentativas de negociação, organizam um ato de protesto contra o governo, em frente ao palácio, em prol de melhor atenção ao público LGBTT, contando com sua ativa participação. O governo, por sua vez, convoca um batalhão da Polícia Militar para reprimir os(as) manifestantes, impedindo a realização do ato. O que caracterizaria uma ação da Segurança Pública como “*respeito e atenção devidas, principalmente quando da intervenção policial em seu cotidiano*”?

Como vimos na citação de Pêcheux, esse enunciado pode expressar sentidos totalmente antagônicos. Na perspectiva dos(as) manifestantes, uma ação da Polícia como prática de cidadania, atitude de justiça, etc..., seria garantir aos(às) trabalhadores a realização de seu ato. A segurança pública estaria assegurando aos (às) trabalhadores o exercício de sua cidadania – o direito de lutar por seus direitos? Na perspectiva do governo, no entanto, o que se espera é que a segurança pública reprima o movimento paredista/grevista, impedindo a realização do ato.

O(a) agente de segurança teria “autonomia” para escolher? Teria possibilidade de julgar quem estaria agindo com “intolerância”, uma vez que lhe cabe “promover os direitos humanos” ou essa autonomia estaria limitada a ações que o próprio Estado estabelece como adequadas?

É por aí que podemos perceber a ambiguidade do discurso oficial – fala-se em autonomia, mas dentro dos limites do que o próprio Estado permite.

Nesse sentido, “ser promotor dos direitos humanos e pedagogo da cidadania” (SD 1) é agir para garantir as prerrogativas do mais forte, ou seja, do Estado. É nesse sentido que a segurança pública deverá agir, para “convencer” mediante o uso da força e não para fazer justiça aos menos favorecidos socialmente. É por isso que embora a lei determine que todos são iguais, sabemos que as coisas não funcionam bem assim, porque a classe dominante sempre rege as práticas sociais e isso, na maioria das vezes, implica tolerar o intolerável e não tolerar o que deveria ser tolerado.

As pistas linguísticas assinaladas na SD (01), sugerem que, uma vez que o policial é um “pedagogo da cidadania e promotor dos direitos humanos”, com a conclusão deste curso, automaticamente haverá uma mudança na forma de agir dos profissionais da Segurança Pública, ao se afirmar que as atividades de segurança pública devem ser vistas como prática da cidadania.

E quem é cidadão(ã) no Brasil, hoje? Segundo Gentili, é na conjuntura da sociedade global que se reconceitualiza a noção de cidadania,

Através de uma revalorização do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole. [...] O modelo de cidadão neoliberal é o cidadão privatizado, [...] o consumidor. (GENTILI, 1996, p. 21 *apud* CAVALCANTE, 2007, p. 110).

Logo, são cidadãos (ãs) aquelas pessoas com condições econômicas, capazes de se fazer presente na sociedade, sendo útil e consumindo produtos. Imaginemos uma desocupação de terras invadidas pelo MST. Ora, o “cidadão-proprietário” recorre ao poder judiciário que lhe concede uma ordem de reintegração em sua posse, e, conseqüentemente, a desocupação imediata de suas terras, que na maioria dos casos, são grandes glebas de terras improdutivas. Se forem

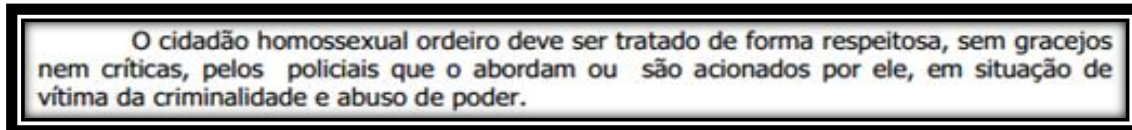
improdutivas, não deveriam possuir uma “destinação social”? Seus ocupantes, por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários?

O Estado brasileiro, que foi gestado para proteger a propriedade privada, para atender aos anseios das classes politicamente dominantes, e, sendo a Segurança Pública, um aparelho de Estado, cabe-lhe a função de manutenção dos interesses do mesmo.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante fala do lugar da Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. Quando se coloca que a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública, está umbilicalmente ligada à prática da cidadania, e, na perspectiva do neoliberalismo ser cidadão(ã) é ser proprietário/consumidor, a atividade de Segurança Pública deve ser de proteção aos interesses desse “cidadão” – proprietário/consumidor.

Vejamos, então, nossa segunda sequência discursiva.

Figura 2 – Excerto do material didático.



Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009, p 59.

Ora, para nós, isto é uma forma de produção de efeitos de sentido, que mandam claramente um recado: somente poderá ter direito o “homossexual ordeiro”. E quem não for? Silencia-se, aqui, todo e qualquer tipo de desigualdade, de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem e que se sustenta pela exploração dos desiguais. Silencia-se também a obediência hierárquica a que está submetido todo agente de segurança, visto que se “garantiu um direito” a determinada classe.

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma dada formação social,

estrutura que não é senão a da contradição da reprodução/trans formação que constitui a luta ideológica de classes. (PÉCHEUX, 1995, p. 147).

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, que tal discurso ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outros, sem que isto provoque embates, pelo fato de que, quem fala não sou eu ou você, mas o governo.

Gostaríamos de ilustrar com um exemplo. Moradores de um condomínio de luxo de qualquer parte de nosso país, chamam a Polícia Militar para retirar vários “Homossexuais ordeiros” que se encontram as margens de um lago artificial num bairro nobre da capital, inclusive alguns destes “inquilinos”, dormem no local, provocando uma “poluição visual” aos moradores.

Depois de acionar o serviço assistencial da paróquia do bairro, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, um lar de acolhimento que encontra-se próximo do local, além de um grupo religioso que dava auxílio médico aquelas pessoas, por não obter resultados – que seriam a retirada imediata de todos aqueles indivíduos que se amontoavam a mais de uma semana naquele local –, o síndico chama a polícia, sob o pretexto de que aquelas pessoas circulando por ali trazem riscos aos moradores.

Chegando no local, a polícia encontra seis “homossexuais ordeiros” preparando-se para ir trabalhar. Todos de carteira assinada, alegaram que por ganharem menos de um salário mínimo, não tinham condições de individualmente alugarem uma casa para saírem dali.

Todos mostraram seus documentos, exceto de um, que informou ter perdido todos durante uma inspeção da vigilância sanitária naquele local, e encontrava-se sozinho e teve seus documentos apreendidos. Será que neste exemplo, os “homossexuais ordeiros” por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários de terreno da área nobre?

Assim, as classes abastadas não devem ser tratadas da mesma forma que as pessoas desprovidas de recursos. Entendemos ser pertinente, aqui, trazer um pensamento de Marx e Engels:

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas em lugar das antigas. (MARX; ENGELS, 2006, p. 46).

É nesse sentido que a palavra “*homossexual ordeiro*”, opaciza os conflitos inerentes à luta de classes e os antagonismos sociais que hoje se apresentam no Brasil. De um lado as elites historicamente postas no comando da máquina pública, servindo-se, não só dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), mas principalmente dos agentes de segurança inscritos no interior dos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) para implementar seu projeto de sociabilidade. De outro, a sociedade civil organizada, buscando conquistar direitos e espaço na política.

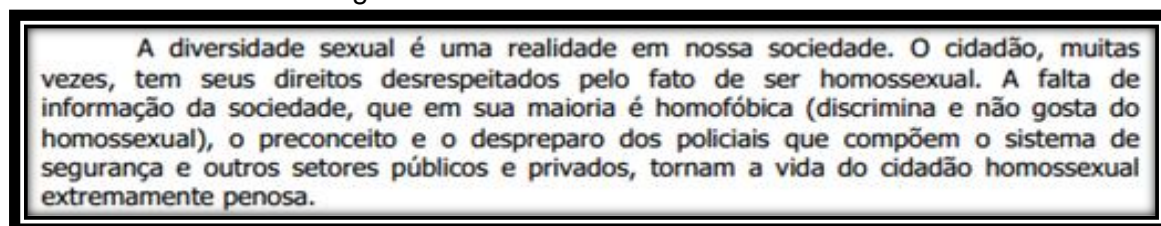
É importante constatar a atualidade das reflexões de Marx e Engels quando assim se expressam:

A nossa época, [...], caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai dividindo-se em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado. (MARX; ENGELS, 2005, p. 32).

Com base no que fora exposto, é assente nas sequências discursivas a tentativa do governo de dissimular os conflitos de classe próprios do capitalismo, pois apesar de aparentemente “cristalino” em sua concepção, tais sequências discursivas do material didático mostra-se atravessada pela ideologia do capital. Ou melhor: quem apresenta o material (o governo), advoga propósitos louváveis, mas que escondem seus “reais interesses”.

Na terceira sequência discursiva, podemos observar que o material didático irá reportar-se a nosso atual modelo de sociedade.

Figura 3 – Excerto do material didático.



A diversidade sexual é uma realidade em nossa sociedade. O cidadão, muitas vezes, tem seus direitos desrespeitados pelo fato de ser homossexual. A falta de informação da sociedade, que em sua maioria é homofóbica (discrimina e não gosta do homossexual), o preconceito e o despreparo dos policiais que compõem o sistema de segurança e outros setores públicos e privados, tornam a vida do cidadão homossexual extremamente penosa.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009, p. 59.

Um detalhe que podemos perceber, é o silogismo que o texto retrata acerca da “desinformação da sociedade” e o desrespeito aos homossexuais. Como se, apenas informando a sociedade, todo seu caráter conflituoso e exploratório pudesse ser alijado com “informação”.

Em uma sociedade estratificada por classes sociais, na qual seu caráter conflituoso é observado em quaisquer locais (públicos ou privados), a manutenção de referenciais ideológicos que neguem ou alijem a tomada de consciência do indivíduo desse estado, é nodal para manter a subserviência de quem está alienado, impedindo a tomada de consciência e, conseqüentemente, compreensão de mundo; pois todo processo discursivo é materialmente inscrito numa relação ideológica de classes. Isso ocorre porque:

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da [...] língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe. (PÊCHEUX, 1995, p. 93).

Será que existe mesmo, um interesse em “educar e conscientizar a população”? E, em relação aos policiais, como “educar, preparar e conscientizar”?

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, a malha curricular governamental ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outras, sem que isto provoque embates, pelo fato de que,

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influência no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles tem nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 5-6).

Ora, apesar do material didático trazer que a questão do gênero, em especial da homossexualidade é normal em nossa sociedade, e que o profissional da

segurança pública deve combater as discriminações sofridas por estes cidadãos, não é bem isso que acontece. Neste sentido:

O que quero dizer é que compreender a reprovação à homossexualidade, principalmente sobre os homens [...] ou sobre as mulheres [...], é uma chave para a compreensão das principais questões do gênero. Como se constituem as desigualdades e hierarquias entre os sexos, como se constroem as identidades sexuais e como se conformam as categorias do masculino e do feminino [...] (FILHO, 2005, p. 148).

Isso significa que a feição que a sociedade possui, os sentidos que esta palavra “gênero” apresenta, é um sentido de oposição, de antagonismo que deverá reprimir sua atração ao seu homônimo. Por isso, quando falamos de gênero, estamos tratando de um pré-construído socialmente, que corresponde à classe detentora do poder social, do poder de mando e controle, fazendo-se velar desigualdades e antagonismos de formas sutis, tais como “homem” e “mulher” ou “feminino” e “masculino”, alijando as atrações iguais.

Até antes do final da década de oitenta do século passado, não se possuía no Brasil um documento garantidor de direitos para pessoas que decidiam manter relações homoafetivas. Toda e qualquer pessoa que ousa ser díspar da lógica socialmente construída: “pênis-homem-masculino” e “vagina-mulher-feminina” não eram reconhecidas como sujeitos direitos. Tal situação só muda com a constituição cidadã de 1988 que reconhece o princípio da igualdade para todos, independente de credo, cor, religião etnia, orientação sexual.

Este é um processo ainda em curso em nosso país, no qual luta-se por conquistas e direitos, dentre os quais, os atinentes às pessoas da comunidade LGBTTI, que deve perpassar não só por uma maior proteção do Estado, mas de uma nova formulação político-instrucional dos profissionais da Segurança Pública, estreitando cada vez mais os elos de respeito e cordialidade entre cidadãos e Estado.

No decorrer da história, o discurso que legitima o gênero, é aquele ao qual pertencente ao grupo politicamente dominante, e a legitimação de suas determinações, que concretizam-se nas palavras “frias” da lei ou dos matérias instrucionais, serão aqueles que ditarão o padrão de aceitabilidade social e

manutenção da ordem, dialogando, bem como, comunicando-se com outros discursos. Isso ocorre porque não só as relações de poder e dominação, mas a construção da própria tessitura da sociedade, é estabelecida por meio da palavra.

Considerações finais

Se antes a informação e as capacitações eram mitigadas e demoradas, demasiadamente caras, hoje através das TIC temos acesso a uma vasta gama de informações, que nos fazem/ obrigam a possuir “outros olhares e outros interesses”, adequando-se às exigências atuais do mercado, tendo em vista que neste processo “todos ensinamos e aprendemos alguma coisa” (MORAN, 2000, p. 13).

É neste cenário que a EAD se mostra como uma ferramenta capaz de proporcionar à humanidade de uma forma mais geral, numa forma de inclusão social, desde que prepare o indivíduo para interagir com seu meio de forma crítica, madura e autônoma, tornando a sociedade mais humana. Só que não foi isto que pudemos observar. Nesses discursos, presentes no curso de Atuação policial Frente a Grupos Vulneráveis, através dos recortes, suas FD's estão sendo resinificadas, com o fito de se lhes atribuírem uma nova valoração que coadunem não só com os valores mais caros ao capitalismo, mas com o projeto de sociabilidade que a classe dominante deseja. A responsabilidade de mudança é deslocada totalmente de seu ator principal, que é o governo, sendo-lhe atribuída a um ator secundário, a força policial, que é mais visível é possível de ser encontrada pela sociedade. É mais fácil falar com um policial, ou com um chefe do executivo (municipal, estadual ou federal)?

O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade [...] de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real. (MARX; ENGELS, 2007, p. 98).

Essa base real será exercida pela classe que, politicamente dominante, possui condições reais de ter suas vontades traduzidas em um documento (leis) que

coadunem com o projeto de sociabilidade que melhor lhe convier. Mas, como atingir uma gama tão grande de pessoas, pois nem todos estão perto dos grandes centros acadêmicos, ou possuem horários diários para frequentarem um curso de formação? Ou ainda, como atingir um público que está disponível num horário que não é ofertado pelas formações tradicionais?

Através das práticas educacionais a distância, que cercearão o tempo livre do trabalhador da Segurança Pública, isto é, essa modalidade de ensino possibilita estudos com flexibilidade de tempo e espaço.

Todo este processo correrá dentro de um AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas as quais o aluno deve cumprir/ atingir, sendo mediado por um Tutor, através de *feedback*. Serão os *feedbacks* os instrumentos utilizados pelo Tutor para nortear o processo de construção do abstrato para o concreto do aluno, sendo indispensável para que ambos (discente e docente) trilhem o mesmo caminho e principalmente ao discente, para saber se está alcançando os objetivos dos módulos e do curso em si, pois “a meta principal consiste em maximizar o produto final” (MOORE; KEARSLEY, 2010, p. 326).

O maior mérito da Análise do Discurso é ir além da relação estanque da língua, pensando-a não como algo pronto, algo acabado, mas como um lugar de construção e reconstrução, uma arena de significações.

Nessa arena, o discurso pedagógico é visto como a língua fazendo sentido, considerando-se que o ser que a profere (o ser humano) interage socialmente de modo a filiar-se, manter ou provocar rupturas nas relações sociais em que participa, ante ao conteúdo ideológico no qual se insere, promovendo diante das práticas sociais que o interpelam no decorrer de sua vida social, externando sua posição frente aos antagonismos que uma sociedade estratificada em classes sociais díspares propõe.

Quem são esses policias? Quem informações são essas? Será que realmente tais conceitos estão trazendo benefícios? Será que este curso, poderá vencer todos os obstáculos que as questões de gênero e representações sociais culturalmente arraigados a mais de cinco séculos no Brasil apresentam? Seus atores principais, os policias, serão verdadeiramente capacitados? Ou estão sendo adestrados pra um fim maior?

Para Marx & Engels (2007), será a linguagem a forma de se obter o relacionamento entre os homens, na busca pela necessidade (incompleta) de intercâmbio entre os de sua espécie, sendo, portanto, um produto social.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante fala do lugar nesta Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. É isso que fica evidente quando se afirma que “para o homossexual ordeiro” será dispensado um tratamento. E para quem não se enquadrar neste estereótipo? Que reprimendas sofrerá?

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

Necessário, portanto, que o material instrucional, com o advento da Constituição de 1988, trate da questão da sexualidade além da lógica socialmente construída: “pênis-homem-masculino” e “vagina-mulher-feminina”, pois todos, independente da orientação sexual precisam ter seus direitos mais básicos respeitados, como: direito a vida, liberdade, intimidade, declaração conjunta do imposto de renda e demais benefícios previdenciários, direitos sociais, direitos políticos, direitos trabalhistas (PRAUN, 2011).

Para nós, a alternativa viável seria uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade, combatendo os ranços cis-heteronormativos e patriarcais, que alijam as discussões sobre gênero, sexualidade e moralidade; de modo a propiciar a construção de uma pedagogia contra hegemônica, de forma que se adquira uma tomada de consciência política, objetivando o aumento, melhoria e aquisição de direitos civis, políticos, sociais e culturais, combatendo a estrutura perniciosa que produz e reproduz o modo de produção capitalista calcado na exploração do “homem pelo homem”. Com isso, nasce a necessidade de agir e intervir na sociedade, de forma consciente e racional. Somente assim, poderiam ser alteradas as representações de gênero.

Notas

* Deyvid Braga Ferreira é doutorando em Linguística (PPGLL/FALE/UFAL), membro do grupo de pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), mestre em Educação (PPGE/CEDU/UFAL) e graduado em Direito pelo CESMAC/AL. E-mail: deyvibrafe@bol.com.br

** Elione Maria Nogueira Diógenes é graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde concluiu o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas. Concluiu o doutorado e realizou o estágio de Pós-Doutorado na área de Políticas Públicas da Educação, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É líder do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). E-mail: elionend@uol.com.br

*** Fabrícia Carla Albuquerque Silva é doutoranda em Educação – PPGE/CEDU/UFAL, membro do grupo de pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), mestre em Educação – PPGE/CEDU/UFAL, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: fabriciacarla2007@hotmail.com

¹ Neste caso específico, a heterogenia estará significando “aquilo que é diferente”; ou seja, aquilo que a sociedade julga diferente das relações heteroafetivas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Situando a análise do discurso. In: FLORÊNCIO, Ana Maria Gama; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CISNE, Míria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Ana Lígia Passos de Oliveira; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. Moodle no curso de ciências biológicas a distância: análise das contribuições no processo de ensino e aprendizagem. In: SOUZA, Robson Pequeno de; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** n.24, jan.-jun. 2005, p.127-152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARASIM, Linda; LÚCIO, Teles; TUROFF, Murray; HILTZ, Starr Roxanne. **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on-line**. São Paulo: SENAC: 2005.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. Puccinelli (org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. SP: UNICAMP, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manuel; BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos Tarciso. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª Edição. São Paulo: Papirus, 2000.

ORLANDI, ENI P. (Org). **Gestos de leitura da história no discurso**. Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios.** 2ª Reimpressão. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, n.1, jan-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302>>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis.** SENASP/MJ: Brasília/DF. 129 Páginas. Última atualização em 10 de fev. de 2009.

Recebido em: março de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.